

Alerta Legislação, nº 2, de 12 a 17 janeiro de 2015

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 12 DE JANEIRO DE 2015**
Altera a [Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997](#), que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.
- **LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015**
Institui o Estatuto da Metrópole, altera a [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#), e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

- **RESOLUÇÃO SG-2, DE 13-1-2015**
Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
14/01/2015	RETIFICAÇÃO Na Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015 , publicada no DOU de 13.01.2015, Seção 1, 1ª página, nas assinaturas, leia-se: Dilma Rousseff, Marivaldo de Castro Pereira, Jaques Wagner e Mauro Luiz Iecker Vieira.
13/01/2015	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Altera a Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997 , que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente. <u>LEI Nº 13.096, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição aos Membros da Justiça Militar da União e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.095, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição devida aos membros da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

	<p><u>LEI Nº 13.094, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição devida aos membros da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.</p> <p><u>LEI Nº 13.093, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição aos membros da Justiça Federal e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 13.092, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o § 2º do art. 127 e a alínea c do inciso I do § 5º do art. 128, todos da Constituição Federal; revoga dispositivo da Lei nº 12.770, de 28 de dezembro de 2012; e dá outras providências. [...] Art. 1º O subsídio mensal do Procurador-Geral da República, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4º do art. 39, combinados com o § 2º do art. 127 e a alínea c do inciso I do § 5º do art. 128, todos da Constituição Federal, será de R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) a contar de 1º de janeiro de 2015.</p> <p><u>LEI Nº 13.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal; revoga dispositivo da Lei nº 12.771, de 28 de dezembro de 2012; e dá outras providências. [...] Art. 1º subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 4º desta Lei, será de R\$ 33.763,00 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais) a contar de 1º de janeiro de 2015. [...]</p> <p><u>LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	<p style="text-align: center;">MARGINÁLIA FEDERAL</p>
Presidência da República (PR)	<p>CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> Aprova o modelo operacional e as condições para a desestatização, mediante a concessão do trecho rodoviário que especifica, a ser implementada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.</p> <p>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) – Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado <u>PORTARIA Nº 63, DE 13 DE JANEIRO DE 2015</u> Reajusta as tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso e permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia da carga importada ou a ser exportada, conforme disposto pela Resolução nº 350, de 19 de dezembro de 2014.</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 62, DE 13 DE JANEIRO DE 2015</u> Divulga, em reais, o valor do adicional tarifário instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para o ano-base 2015.</p> <p>SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº 4, DE 9 DE JANEIRO 2014</u> Institui a Escola Nacional de Socioeducação, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e estabelece diretrizes para o seu funcionamento.</p> <p>→ Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a aprovação do Cronograma de reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT para o ano de 2015.</p> <p>SECRETARIA DE PORTOS (SEP) <u>PORTARIA Nº 449, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera disposições e o Anexo I da Portaria SEP/PR nº 03, de 7 de janeiro de 2014, que estabelece as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário - Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP e respectivos Planos Mestres, Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ e Plano Geral de Outorgas - PGO.</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Regulamentar e estabelecer instrumentos de fomento adequados à implementação do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para a Metrologia do INMETRO - PROMETRO, objeto do Termo de Cooperação celebrado entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) <u>PORTARIA Nº 5, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Instituir o Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais e de Projetos de Obras Audiovisuais em Laboratórios e Workshops Internacionais em 2015, no montante de R\$ 1.850.000,00 (um milhão oitocentos e cinquenta mil reais). [...]</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) → Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2015</u> (*) Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação</p>

	<p>na área da Geologia, abrangendo os cursos de bacharelado em Geologia e em Engenharia Geológica e dá outras providências. (*) Republicada por ter saído no DOU de 7-1-2015, Seção 1, págs. 23 e 24, com incorreção no original.</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2015</u> Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15 de 16 de maio de 2013.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>PORTARIA Nº 83.799, DE 13 DE JANEIRO DE 2015</u> Delega competência ao Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil para firmar convênio com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro (CCS).</p> <p>→ Diretoria Colegiada (DC) → → Diretoria de Política Econômica <u>CIRCULAR Nº 3.744, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> Divulga a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, com a redação conferida pela Resolução nº 4.240, de 28 de junho de 2013, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).</p> <p>→ → Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos <u>RETIFICAÇÃO</u> Na Carta-Circular nº 3.664, publicada na pág 42 da Seção 1, edição nº132 do Diário Oficial da União, de 14.7.2014, onde se lê "Banco Panamericano S.A.º", leia-se "Banco Pan S.A".</p> <p><u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.690, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Divulga relação das instituições financeiras pertencentes ao "Grupo A" e ao "Grupo B", para fins do recolhimento compulsório sobre recursos à vista.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (CNSP) → Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) <u>CIRCULAR Nº 508, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Resolução CNSP n.º 86, de 3 de setembro de 2002.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 13, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS.</p>

Ministério da
Saúde (MS)

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)
– Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento
RESOLUÇÃO-RE Nº 144, DE 15 DE JANEIRO DE 2015

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes do medicamento PERITOSTERIL ANDY DISC, fabricados por Fresenius Medical Care Ltda. (CNPJ: 01.440.590/0001-36), relacionados na tabela a seguir:

[...]

RESOLUÇÃO - RE Nº 67, DE 9 DE JANEIRO DE 2015(*)

[...]

Art. 1º Indeferir o Registro, Cadastro, Cadastramento, Alteração, Revalidação, Retificação e Arquivamento Temporário dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

() Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.*

RESOLUÇÃO-RE Nº 92, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes do medicamento PERITOSTERIL ANDY DISC, fabricados por Fresenius Medical Care Ltda. (CNPJ: 01.440.590/0001-36), relacionados na tabela a seguir:

[...]

RESOLUÇÃO - RE Nº 90, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 0515 (Val: 07/2017) do medicamento ÓLEO MINERAL NATUROL FARMAX, 100 mL, fabricado por Farmax - Distribuidora Amaral Ltda. (CNPJ: 21759758/0001-88).

RESOLUÇÃO - RE Nº 89, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

[...]

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes 000564 (val.: mar/2016) e 000585 (val.: abr/2016) do cosmético GEL ANTI-SÉPTICO PREMISSE, fabricado por Proline Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ: 02.946.060/0001-27).

RESOLUÇÃO - RE Nº 56, DE 9 DE JANEIRO DE 2015

Art. 1º Revogar parcialmente o art 3º da Resolução-RE nº 2.707, de 24 de julho de 2014, publicada no D.O.U. nº 141, Seção 1, pág. 47, de 25 de julho de 2014, liberando-se a importação, a distribuição e a comercialização dos lotes do pó para preparo de bebida, marca CARNIVOR MASS, sabores Vanilla Caramel, Strawberry e Chocolate Fudge, produzidos a partir do lote #0465I4, de setembro de 2014, pela empresa MuscleMeds, e importados e distribuídos pela empresa Nutrition Import Comércio Atacadista de Suplemento Ltda. (CNPJ: 08.291.376/0001-04).

RESOLUÇÃO-RE Nº 55, DE 9 DE JANEIRO DE 2015

[...]

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso

	<p>dos lotes A116, A117, A118 (Val.: 08/2016) e A120 (Val.: 11/2016) do medicamento SEROPHENE (citrato de clomifeno) 50 MG, comprimidos, importado por Merck S.A. (CNPJ: 33.069.212/0001-84).</p> <p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 36, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> Inclui a Compatibilidade Sequencial na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais do SUS.</p> <p>SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>EDITAL Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> ADESÃO DE MUNICÍPIOS AOS PROGRAMAS DE PROVISÃO DE MÉDICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE O MINISTÉRIO DA SAÚDE, por intermédio da SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES/MS), considerando as ações de aperfeiçoamento na área de Atenção Básica em Saúde em regiões prioritárias para o SUS, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil [...]</p> <p>SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>CONSULTA PÚBLICA Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Manual técnico para o diagnóstico da infecção das Hepatites Virais em adultos e crianças e dá outras providências. O texto em apreço encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.saude.gov.br/consultapublica. A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento. [...]</p> <p><u>CONSULTA PÚBLICA Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] minuta de Portaria que dispõe sobre os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. O texto em apreço encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.saude.gov.br/consultapublica. A relevância da matéria recomenda a sua ampla divulgação, a fim de que todos possam contribuir para o seu aperfeiçoamento. [...]</p>
<p>Ministério das Comunicações (MC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.657, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014</u> Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Ficam estabelecidos, conforme apresentado na tabela em anexo, os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de</p>

	<p>dezembro de 2014, para os campos das áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> [...]</p> <p>Art. 1º Esta Resolução tem por objeto regular o acesso às informações e dados técnicos públicos sobre as bacias sedimentares brasileiras que compõem o acervo da ANP e as autorizações para reprocessamento e interpretação de dados técnicos.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</p>	<p>SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR (SAF) <u>PORTARIA Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> [...]</p> <p>Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de janeiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2015, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006. [...]</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA (SEGEP) <u>PORTARIA Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u></p> <p>Divulga o valor do menor e maior vencimento básico da Administração Pública Federal, para efeito de pagamento de Auxílio-Natalidade, de que trata o art. 196 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e para efeitos de pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 10, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u></p> <p>Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS ano-base 2014</p>
<p>Poder Judiciário</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) <u>PORTARIA Nº 207, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014</u></p> <p>Dispõe sobre a Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST) <u>ATO Nº 8, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> [...]</p> <p>Publicar os valores dos subsídios dos magistrados, dos vencimentos dos cargos efetivos e da retribuição dos cargos em comissão e das funções comissionadas do Tribunal Superior do Trabalho, conforme os Anexos I a III. [...]</p>

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO) <u>RESOLUÇÃO Nº 153, DE 7 DE JANEIRO DE 2015</u> Regulamenta o uso de Hemocomponentes na prática clínica odontológica.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
17/01/2015	<u>DECRETO Nº 61.066, DE 16 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Governo no Sistema de Administração Financeira e Orçamentária <u>DECRETO Nº 61.061, DE 16 DE JANEIRO DE 2015</u> Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2015 e dá providências correlatas
16/01/2015	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.260, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a transformação e a extinção dos cargos de Agente Administrativo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 48, inciso X, da Constituição Federal e do artigo 19, inciso III, da Constituição do Estado de São Paulo <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.259, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir sistema de pontuação diferenciada em concursos públicos, nas condições e para os candidatos que especifica e dá providências correlatas <u>LEI Nº 15.686, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 968/14, da Deputada Célia Leão - PSDB) Institui o "Dia Estadual do Ciclista ". MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 939, DE 2013</u> [...] Oriunda desse Parlamento, a medida autoriza o Poder Executivo a criar um Hospital Estadual de Clínicas no Município de Franca. [...] DOE, Seção I, 16/01/2015, p. 1 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 2013</u> [...] De iniciativa parlamentar, a propositura acrescenta o inciso VI ao artigo 4º da Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007 , que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. DOE, Seção I, 16/01/2015, p. 1 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 822, DE 2013</u> [...]

	<p>De origem parlamentar, a propositura reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e de empregos públicos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a 3 (três).</p> <p>[...]</p> <p>DOE, Seção I, 16/01/2015, p. 1</p> <p><u>DECRETO Nº 61.060, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 60.029, de 3 de janeiro de 2014, que regulamenta a execução do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista de que trata o item 2 do § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.990, de 29 de abril de 2013</p> <p><u>DECRETO Nº 61.059, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a outorga da "Medalha Ruth Cardoso"</p>
<p>15/01/2015</p>	<p><u>LEI Nº 15.685, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre o subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado para o exercício financeiro de 2015</p> <p>Artigo 1º – Por força do artigo 20, inciso V, da Constituição do Estado, os subsídios do Governador e Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado ficam fixados, para o exercício de 2015, na seguinte conformidade:</p> <p>I – Governador do Estado: R\$ 21.631,05 (vinte um mil, seiscentos e trinta e um reais e cinco centavos);</p> <p>II – Vice-Governador do Estado: R\$ 20.549,60 (vinte mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos);</p> <p>III – Secretários de Estado: R\$ 19.467,94 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos).</p> <p>[...]</p> <p><u>LEI Nº 15.684, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 219/14, dos Deputados Barros Munhoz - PSDB, Campos Machado - PTB, Estevam Galvão - DEM, Itamar Borges - PMDB, José Bittencourt - PSD e Roberto Morais - PPS)</p> <p>Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental – PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 219, DE 2014</p> <p>[...]</p> <p>De iniciativa parlamentar, o projeto dispõe, em caráter específico e suplementar, sobre o Programa de Regularização Ambiental – PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo.</p> <p>[...]</p> <p>DOE, Seção I, 15/01/2015, p. 4</p> <p><u>DECRETO Nº 61.055, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a oficialização da Medalha General Ventura do Segundo Batalhão de Polícia Militar do Exército, por solicitação do Conselho Superior de Honrarias e Mérito dos Amigos e Ex-Militares da Polícia do Exército em São Paulo (CSHM-BPE/SP)</p>

	<p><u>DECRETO Nº 61.054, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre as transferências que especifica, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania para a Secretaria de Desenvolvimento Social, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 61.053, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a outorga da Medalha do Mérito Esportivo do Governo do Estado de São Paulo [...] Artigo 1º - Fica outorgada a Medalha do Mérito Esportivo do Governo do Estado de São Paulo ao esportista GABRIEL MEDINA PINTO FERREIRA. [...]</p>
<p>14/01/2015</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 450, DE 2013</u> [...] A propositura, de iniciativa parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “1º Tenente PM Júlio César Campos Corpas” à sede do 5º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (5º BPM), na Capital. [...] DOE, Seção I, 14/01/2015, p. 1</p> <p>VETO PARCIAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 246, DE 2014</u> [...] De origem parlamentar, a propositura institui a “Semana de Mobilização do Estado de São Paulo para Busca de Pessoas Desaparecidas”, a realizar-se, anualmente, de 25 a 31 de março (artigo 1º), e estabelece que neste período deverão ser desenvolvidas atividades que visem à promoção da busca e da defesa das crianças desaparecidas no território nacional (parágrafo único do artigo 1º). DOE, Seção I, 14/01/2015, p. 1</p> <p><u>LEI Nº 15.682, DE 13 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 246/14, do Deputado Enio Tatto - PT) Institui a “Semana de Mobilização do Estado de São Paulo para Busca e Defesa de Pessoas Desaparecidas”</p>
<p>13/01/2015</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.258, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, altera dispositivo da Lei Complementar nº 1.166, de 9 de janeiro 2012, e dá providências correlatas</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 806, DE 2014</u> [...] A propositura, de origem parlamentar, objetiva denominar “Roberto Francoi” o viaduto localizado no Km 307,500 da Rodovia Anhanguera - SP 330, em Ribeirão Preto. [...] DOE, Seção I, 13/01/2015, p. 3</p> <p><u>DECRETO Nº 61.042, DE 9 DE JANEIRO DE 2015</u> Retificação do D.O. de 10-1-2015</p>

	<p>No artigo 3º, leia-se como segue e não como constou: Artigo 3º - Ficam excluídas do Decreto nº 53.994, de 6 de fevereiro de 2009, as alíneas "a" e "b" dos incisos II dos artigos 4º e 6º.</p> <p><u>DECRETO Nº 61.050, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Logística e Transportes</p> <p><u>DECRETO Nº 61.049, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Energia</p> <p><u>DECRETO Nº 61.048, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Governo</p> <p><u>DECRETO Nº 61.047, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Educação (SE)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 4, DE 13-1-2015</u> Altera dispositivo da Resolução SE 58, de 17-10-2014, que dispõe sobre o processo seletivo de credenciamento de profissionais do Quadro do Magistério, para atuação nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 3, DE 12-1-2015</u> Altera dispositivos da Resolução SE 75, de 30-12-2014, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 02, DE 12-01-2015</u> Dispõe sobre a jornada de trabalho na Coordenadoria da Administração Tributária da Secretaria da Fazenda e dá outras providências</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO</u> Retificação do Prazo da Consulta Pública A São Paulo Previdência - SPPREV, autarquia estadual, situada na rua Bela Cintra, 657, centro, capital, altera de 17-01-2015 para 19-01-2015 a data final para apresentação de críticas e sugestões da Consulta Pública para instauração de licitação pública, na modalidade de concorrência, objetivando a construção de sua sede própria, em terreno de sua propriedade, localizado na rua Vergueiro, 470, capital, por intermédio de permuta, como consta na minuta do edital. O material para análise, ou seja, minuta do edital e do memorial descritivo etc., e o formulário eletrônico para envio das críticas e sugestões estão disponíveis na página da SPPREV na internet, no endereço: www.spprev.sp.gov.br/consultapublica</p>

<p>Governo (SG)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SG-2, DE 13-1-2015</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado, e dá providências correlatas</p> <p>UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (APE) → Arquivo Público do Estado de São Paulo <u>PORTARIA UAPESP 1-15</u> Constitui o Grupo de Trabalho de Gerenciamento de Risco na Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo</p>
<p>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</p>	<p>INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPEM) → Superintendência <u>PORTARIA DO SUPERINTENDENTE Nº 11/2015, DE 16-1-2015</u> [...] Artigo 1º. – Estabelecer o prazo para a MUDANÇA DE TARIFA dos taxímetros instalados nos veículos de aluguel para o transporte de passageiros do município de São Paulo-SP, conforme quadro abaixo: [...]</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA 1, DE 09-01-2015</u> Dispõe sobre os procedimentos relacionados à assinatura de convênios e avenças congêneres da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, institui e estabelece as finalidades do Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Convênios – GTAC</p> <p>COORDENADORIA DE BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS (CBRN) <u>PORTARIA CBRN 01, DE 14-1-2015</u> Estabelece o Protocolo de Monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica</p>
<p>Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR</p>	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-SP 025, DE 14-1-2015</u> Estabelece o calendário anual para o licenciamento de veículos do exercício de 2015 e dá providências correlatas</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>PORTARIA GR-6.604, DE 14-1-2015</u> Revoga a Portaria GR-3.380-2002, que dispôs sobre concessão de claros decorrentes da participação de docentes em programas internacionais de intercâmbio universitário</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>

<p>17/01/2015</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) Despachos do Presidente O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO [...] TORNA PÚBLICO o relatório anual de atividades - exercício de 2014 do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC [...] DOE, Legislativo, 17/01/2015, p. 6</p>
<p>13/01/2015</p>	<p><u>LEI Nº 15.671, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 295, de 2012, do Deputado Gerson Bittencourt – PT) Autoriza o Poder Executivo a criar Sistema de Integração Metropolitana e entre Metrôpoles de Transporte Coletivo Público para as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas e do Aglomerado Urbano de Jundiaí.</p> <p><u>LEI Nº 15.670, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 266, de 2012, do Deputado Baleia Rossi – PMDB) Dispõe sobre a criação da Delegacia Especializada em Acidentes do Trabalho.</p> <p><u>LEI Nº 15.669, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 648, de 2011, do Deputado Edinho Silva – PT) Dispõe sobre a Política de Tratamento de Doenças Raras no Estado e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 15.668, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 266, de 2009, do Deputado Hamilton Pereira – PT) Dispõe sobre diretrizes para a política de diagnóstico precoce e tratamento dos sintomas da Síndrome do Autismo no âmbito do Sistema de Saúde.</p> <p><u>LEI Nº 15.667, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 238, de 2008, do Deputado Bruno Covas – PSDB) Dispõe sobre a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.</p> <p><u>LEI Nº 15.666, DE 12 DE JANEIRO DE 2015</u> (Projeto de lei nº 576, de 2003, da Deputada Beth Sahnão – PT) Dispõe sobre a inclusão de produtos definidos como orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino fundamental da rede pública.</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>17/01/2015</p>	<p><u>DECRETO Nº 55.839, DE 16 DE JANEIRO DE 2015</u> Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2015.</p>
<p>16/01/2015</p>	<p><u>LEI Nº 16.122, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 507/14, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a criação do novo Quadro da Saúde da Prefeitura do</p>

	<p>Município de São Paulo e institui o respectivo regime de remuneração por subsídio; altera o regime jurídico dos empregados públicos da Autarquia Hospitalar Municipal – AHM e do Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, bem como cria os respectivos quadros.</p> <p><u>DECRETO Nº 55.838, DE 15 DE JANEIRO DE 2015</u> Dispõe sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito da Prefeitura do Município de São Paulo.</p>
15/01/2015	<p><u>LEI Nº 16.120, DE 14 DE JANEIRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 35/14, DO EXECUTIVO) Confere nova disciplina ao Conselho Municipal da Juventude, criado pela <u>Lei nº 14.687, de 12 de fevereiro de 2008</u>, alterando-se a sua denominação para Conselho Municipal dos Direitos da Juventude.</p>
14/01/2015	<p><u>LEI Nº 16.119, DE 13 DE JANEIRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 312/14, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Dispõe sobre a criação do Quadro de Analistas da Administração Pública Municipal – QAA, plano de carreiras, reenquadra cargos e funções do Quadro de Pessoal de Nível Superior, instituído pela <u>Lei nº 14.591, de 13 de novembro de 2007</u>, institui o respectivo regime de remuneração por subsídio e dá outras providências.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107